



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

DISCURSO DO PRESIDENTE DO GOVERNO
REGIONAL DOS AÇORES NA CERIMÓNIA DE
TOMADA DE POSSE DO IX GOVERNO

16 de Novembro de 2004

Senhor Ministro da República

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Senhor Ministro Adjunto do Primeiro Ministro

Autoridades Judiciais, Militares e Religiosas

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta

Senhores Deputados à Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados Regionais

Ilustres Convidados

Açorianas e Açorianos

Na sequência do decreto de nomeação do Senhor Ministro da República, o IX Governo Regional, a que tenho a honra de presidir, acaba de tomar posse, pela primeira vez na História da Autonomia dos Açores, perante o Parlamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

Esta circunstância permite, na sua formalidade processual, evidenciar a posição primacial da Assembleia Legislativa no quadro da actual arquitectura de poderes da Administração dos Açores pelos Açorianos. Saúdo, assim, em primeiro lugar e em nome do Governo, todas as senhoras e senhores deputados, a quem afianço o respeito e a cooperação devidos nos planos institucional e pessoal.

Saúdo, também, o Senhor Ministro da República cujos poderes, na Constituição revista, centram a sua intervenção no processo legislativo regional e, como tal, na dimensão intrínseca de caracterização do regime autonómico. Deixámos de ter, com as últimas revisões constitucionais, um delegado do Governo da República e passamos a ter, com a consequente valorização da Região Autónoma, uma figura cujos contornos competenciais emanam claramente de um decalque da função presidencial na República. É justo, porém, salientar que as relações entre o Governo Regional e o Senhor Ministro da República



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

têm sido marcadas pela melhor compreensão e por uma colaboração leal e frutuosa que desejamos, e vamos, prosseguir.

O início desta Legislatura coincide, temporalmente, com um período de crucial importância na reelaboração dos poderes legislativos regionais. Nesse aspecto – e como tarefa mais nobre – caberá a esta Assembleia suscitar a abertura do processo de revisão do Estatuto Político- Administrativo, mas, mesmo antes, está colocado o desafio de, numa multiplicidade de domínios, fazermos já prevalecer o Direito Regional. Ao governo, tal como às senhoras e senhores deputados, fica reservada a exigente missão de recriarmos e ou ampliarmos, com qualidade e oportunidade, os instrumentos conformativos de uma significativa área de autoregulação do nosso desenvolvimento. Não é, pois, despicienda a responsabilidade que a todos cabe.

Não obstante ser indispensável proceder, de imediato, à alteração do nosso sistema eleitoral – superando as



suas fragilidades mais conhecidas e preservando a representação de cada uma das nossas ilhas - foi possível, mais uma vez, nas eleições do passado dia 17 de Outubro, evitar, por via da conversão dos votos dos eleitores em mandatos parlamentares, uma situação, actualmente potencial, de impasse ou incongruência política. A força partidária que apoia o governo reafirma o seu empenhamento na construção de um consenso para a aprovação de uma nova lei eleitoral, consciente, antecipadamente, que em democracia, ou quando verdadeiramente se pugna por ela, não se podem fazer leis para iludir, contornar ou evitar o respeito pela vontade do povo manifestada em eleições.

O IX Governo Regional dos Açores tem, nesta Assembleia, uma larga maioria de suporte que é, simultaneamente, garante da estabilidade política e da assunção plena das competências legislativas e fiscalizadoras do parlamento. Os resultados das eleições regionais não deixaram margem para dúvidas, dada a esmagadora vitória do Partido



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

Socialista e a expressiva derrota do Partido Social Democrata e do Partido Popular. De forma inequívoca, o Povo Açoriano ajuizou positivamente o nosso trabalho nos últimos quatro anos, não hesitou na sua decisão quando confrontado com a proposta dominante na campanha eleitoral de escolha do futuro presidente do governo e reforçou com vigor a sua opinião de que é preciso continuar a mudar os Açores para melhor. No respeito pela vontade do povo aqui estamos, como em todas as democracias: uns, procurando cumprir no governo, outros procurando cumprir na oposição.

Nem o governo nem a maioria parlamentar estão convencidos da sua intocabilidade, acantonados na sua legitimidade originária ou irredutíveis na sua razão. A democracia não se confina aos actos eleitorais. Compete-nos, pois, estar cada vez mais ao lado dos Açorianos. Entre os Açorianos. Ouvindo directamente a sua voz e valorizando toda a dimensão das suas aspirações e dos seus problemas: quero o Governo Regional, desde o seu Presidente até aos



directores regionais e a todos os seus colaboradores, junto das pessoas, porque é para elas e, afinal, com elas, que devemos trabalhar e que trabalharemos melhor. Essa proximidade desejável não exclui uma contratualização produtiva e estável com a generalidade dos parceiros sociais, procurando o governo, nessa metodologia participativa, não a ultrapassagem “bem vista” de uma formalidade, mas um meio eficaz de diálogo, de aperfeiçoamento e de melhor concretização das suas políticas.

A mesma abertura devemos ter em relação aos profissionais da comunicação social, num momento, aliás, particularmente conturbado, no plano nacional, quanto ao entendimento dessa relação e ao resguardo ético de ambas as partes. O Governo dos Açores não quer controlar a comunicação social, seja ela pública ou privada: em boa verdade, sem o fazermos ou sequer o tentarmos fazer, acabámos de obter uma retumbante vitória eleitoral. Mas, sinceramente, gostava que nos Açores cada pergunta de um jornalista a um governante tivesse uma rápida e



esclarecedora resposta, e cada resposta de um governante pudesse ser tão respeitada como a pergunta ou o comentário de um jornalista. A este propósito, quero, igualmente, assegurar que, no caso de se confirmar uma regionalização dos órgãos de comunicação social do sector público – medida essa que continuará a não ser uma prioridade para o Governo Regional – nunca aceitaremos um modelo de controlo político da sua programação ou dos seus critérios de informação, seja pelo Governo Regional, seja pelo Governo da República ainda que por interpostas figuras. Nos Açores, o Governo estará sempre presente na defesa da liberdade de informação.

Permitam-me ainda que, no plano institucional interno, dirija uma palavra à oposição parlamentar. Os resultados das eleições legislativas regionais provaram, indiscutivelmente, que os Açorianos consideram não ser um bom serviço prestado aos Açores ou sequer, um atributo muito apreciado nos líderes políticos, o verbalismo destrutivo, as



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

promessas na ponta da língua, as diatribes mediáticas, as construções caluniosas ou as desconsiderações pessoais. O Governo não entende a oposição como um inimigo, porque o Governo não tem inimigos nos Açores. O Governo não pensa que o papel reservado à oposição é apenas o de se opor. Para além das matérias em que, legalmente, o contributo da oposição, ou de parte dela, é indispensável, queremos, sinceramente, alargar o número de situações em que o consenso seja possível e em que a sua ajuda represente uma melhoria na acção que, cada um à sua maneira e segundo as suas possibilidades, pode prestar para o progresso dos Açores e o bem-estar dos Açorianos. Faremos tudo o que pudermos para isso, esperando que a oposição, aprendendo com o passado recente, colabore, ajudando a construir sólida e fraternalmente o futuro.

Senhor Presidente

Ilustres Autoridades e Convidados

Senhoras e Senhores Deputados



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

Ainda estamos todos empenhados nas tarefas subsequentes ao acto eleitoral de há um mês atrás e já se descortinam os sinais preparativos de outras duas eleições: dentro de onze meses, para as autarquias locais, e em 2006 para a Assembleia e Governo da República. Para além disso, teremos as eleições presidenciais e o referendo sobre a ratificação da Constituição Europeia.

Releva, porém, para o momento presente, a minha reafirmação – agora como Presidente do IX Governo Regional – no sentido de prosseguir, como é nosso dever, a cooperação técnica e financeira que encetámos com as autarquias, apoiando-as no quadro da delimitação de competências e da Lei de Finanças Locais em vigor, com total transparência e observância de neutralidade partidária. Os Açorianos escolherão, como sempre, livremente, as pessoas e os partidos que governarão os seus Municípios e as suas Freguesias – preocupar-se-ão, se assim entenderem, com os que querem ou não colaborar com o governo,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

mas terão antecipadamente a certeza de que, como sempre, o governo com todos irá colaborar.

Noutro âmbito, igualmente importante, situam-se as relações entre as administrações central e regional. Ninguém, incluindo o actual Governo da República, deve ficar espantado pela obstinação que temos na defesa dos Açores. Ninguém, incluindo o meu partido, ficará admirado ao prestarmos justiça ao actual Governo da República se e sempre que ele fizer justiça aos Açores. Ninguém, a começar pelos partidos da oposição parlamentar regional, deve ficar surpreendido se criticarmos ou nos erguermos face ao Governo da República quando nos sentirmos desconsiderados ou virmos lesados os interesses e os direitos da nossa Região.

O Governo Regional dos Açores não fará nunca oposição partidária ao actual Governo da República, tal como não admitirá que este lha faça com a presunção de transformar os Açores num terminal da sua tentacularização política. Confio, muito



convictamente, que o Senhor Primeiro Ministro aprendeu, o que tinha a aprender a esse respeito, nas eleições de 17 de Outubro passado, compreendendo a vontade indomável e a dimensão múltipla da nossa Autonomia.

Nesse contexto esperamos, por um lado, que Portugal continental possa o mais depressa possível recuperar da situação difícil em que se encontra, e por outro, que o Governo da República cumpra rapidamente o que assumiu para os Açores no Programa de Governo resultante das eleições nacionais de 2002, que dê execução a medidas que entretanto anunciou, que recupere os atrasos em matérias que nos são devidas, e que não esqueça nenhum dos compromissos que entendeu assumir quando resolveu intervir na recente campanha eleitoral nos Açores.

É importante, para nós, que a economia portuguesa, que é a nossa economia de referência, dê sinais claros de retoma, após a fase de regressão que atravessou e da estagnação de que se pretende libertar, porque não



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

tem sido fácil assegurar o crescimento da economia regional e a confiança dos investidores nos Açores a contraciclo da tendência continental dos últimos anos. É importante, por outro lado, que os Açorianos vejam no Governo da República e nos seus titulares uma instituição e pessoas de bem, que cumprem o que prometem e que pagam o que devem, ou que, pelo menos fazem um esforço visível para isso.

A presença do Senhor Ministro Adjunto do Senhor Primeiro Ministro neste Acto de Posse, que aprecio e agradeço, é interpretada pelo Governo Regional dos Açores como um acto de valor político e de significação muito positiva. Ainda melhor seria se, hoje ou amanhã, pudesse confirmar a baixa dos preços do transporte aéreo entre o Continente e os Açores – que o Primeiro Ministro anunciou, no passado dia 9 de Outubro em Angra do Heroísmo, para ser feita “30 dias após o 17 de Outubro” – dando agora essa boa nova aos Açorianos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

Desejamos, ansiosamente, que sejam feitos progressos na consolidação orçamental nacional, porque eles seriam importantes para a estabilização das relações de cooperação financeira entre o Estado e as Regiões Autónomas. Recordamos, a propósito, que nos últimos três anos de execução orçamental nos foi imposto um “endividamento zero”, apesar de termos um reduzidíssimo peso da dívida pública directa em relação ao nosso Produto Interno Bruto e encargos de dívida igualmente reduzidos. Contamos recorrer, porém, a esse meio extraordinário de financiamento, nos termos resultantes da proposta de lei do Orçamento de Estado em discussão, para continuarmos a ser a Região do País que melhor aproveita e executa o seu Programa de Desenvolvimento Regional cofinanciado pela União Europeia.

Esperamos, ansiosamente, mais resultados no combate à fraude e à evasão fiscais e que as previsões do Orçamento de Estado de arrecadação de receita dos impostos não revelem desvios negativos na sua



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

execução, já que as nossas projecções ainda têm como referência as tendências nacionais apontadas. Contamos, no entanto, o mais depressa possível, ter acesso e conhecimento, que nos têm sido negados, ao nosso universo de contribuintes, e temos como objectivo ampliar as competências regionais em matéria de fiscalidade, sem prejuízo da concatenação de todo o respectivo sistema nacional e da nossa conformação, ainda que modulada pela nossa condição ultraperiférica, com a União Europeia.

É nosso objectivo, sem diminuir a intervenção da Assembleia Legislativa, integrar o Grupo de Trabalho criado pelo Conselho de Ministros destinado à revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, mas não compartilharemos esse esforço se surgirem indícios fortes de que o Governo da República pretende aliviar as suas obrigações de contribuição para a convergência nacional.

Julgamos positiva a intenção já manifestada pelo Governo da República de transferir competências e



serviços por ele dirigidos para a tutela regional. Todavia, esse processo deve ocorrer, caso a caso, só perante a constatação das nossas disponibilidades para o gerir e na consideração dos benefícios relevantes a alcançar. Não o aceitaremos para legitimar o desinvestimento do Estado na Região, nem em circunstâncias que façam perigar, pelo esgotamento de recursos financeiros, toda a caminhada que temos feito de consolidação da Autonomia dos Açores nestes últimos vinte e nove anos.

Aceitamos e desejamos a iniciativa ou a colaboração directa do Governo da República em investimentos nas nossas ilhas, mas não podemos deixar de acautelar, em todos os casos, as competências que nos são próprias.

As Grandes Opções do Plano para 2005 apresentadas na Assembleia da República, omitem, pela primeira vez nos últimos anos, o papel fundamental dos Açores e da Base das Lajes na projecção atlântica do País e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

na substância do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América. Temos que dizer, com toda a clareza, que o governo português – este, tal como os anteriores – não podem continuar a gerir os benefícios da cooperação luso-americana com o propósito evidente e continuado de reduzir ao mínimo os benefícios para os Açores. Neste caso, também, tem importância crescente o estabelecimento de um acordo com os partidos com representação na Assembleia Legislativa, definidor do nosso núcleo de interesses e indicativo da metodologia de acção para prevalência daqueles.

Senhor Ministro da República

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa

Ilustres Convidados e Autoridades presentes

Senhoras e Senhores Deputados

Esta não é ocasião própria para enunciar e explicitar as linhas do Programa do IX Governo, cujo debate parlamentar ocorrerá dentro de duas semanas.



Falarei, por isso, ainda e só, dos desafios mais emergentes que comportam a nossa condição europeia, num processo de reforma e de transição que tem pontuado e marcará profundamente a União Europeia.

As questões de enquadramento dos Açores na União assumem, na actualidade e nos próximos dois anos, uma enorme importância, devido à discussão e aprovação de *dossiers* fundamentais para o desenvolvimento económico e social da Região, tais como a negociação do quadro financeiro europeu 2007-2013, a elaboração dos regulamentos dos fundos estruturais e a discussão e a aprovação dos Programas Específicos para a Ultraperiferia e dos POSEI. Para além disso, é importante ter em atenção e participar na elaboração de legislação como, por exemplo, a respeitante às ajudas de Estado, aos serviços de interesse geral e à investigação e ao desenvolvimento, que entrará em vigor nos próximos anos.



A Constituição Europeia, cujo texto e âmbito excedem em muito o mandato dos seus redactores, tem indiscutíveis aspectos positivos, desde logo pelo que consagra no que respeita às Regiões Ultraperiféricas em que nos inserimos, até à inscrição de inúmeros factores que podem contribuir para a coesão económica e social do seu novo espaço alargado. Mas encerra, também, problemas que os Estados Membros, a meu ver, podem ainda minimizar, determinando previamente o adequado conteúdo interpretativo das suas normas mais sensíveis, como é o caso da gestão dos recursos biológicos no Atlântico. Entendo, com muita dificuldade, que se possa realizar o acto de ratificação por via referendária em Portugal sem o conhecimento de um entendimento mais amplo desse aspecto, que não se esgota na simples opinião ou no desejo das autoridades portuguesas que sobre eles já se tenham ou venham a pronunciar, e que inclui, com certeza, a sua análise face, por exemplo, à nossa Constituição da República ou até à própria Constituição dos Mares de que agora se celebra o décimo aniversário.



Na generalidade desses assuntos importa, naturalmente, desenvolver uma ampla auscultação que o Governo Regional, no que lhe compete, não deixará de fazer.

Os nossos desafios mais decisivos estão claramente identificados e sobre eles temos estado a trabalhar, em conjugação com o Governo da República: fazer prevalecer uma prática decisória europeia adequada aos pressupostos de discriminação positiva da ultraperiferia, reconhecida no projecto da Constituição; assegurar, pelo menos, recursos financeiros comunitários destinados aos Açores em montante não inferior ao Quadro Comunitário em vigor, bem como as elegibilidades necessárias à eficácia do processo de convergência dos Açores com a média europeia; e, assegurar as produções tradicionais e os esforços de inovação e qualificação indispensáveis ao sucesso do modelo de desenvolvimento sustentado em que estamos empenhados.



Temos confiança que vamos conseguir a solidariedade e os apoios necessários em todo esse complexo processo negocial.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

É com renovada energia e com muita esperança que assumimos mais um mandato, nesta nova experiência governativa da Autonomia Açoriana – herdeira de uma luta de múltiplas gerações, desde o final do Séc. XIX, e da Revolução do 25 de Abril de 1974.

Temos seguido, com fundamento e determinação, uma Via Açoriana de governação progressista para a cidadania. Mostrámos aos portugueses, particularmente nestes últimos oito anos, como, com mais dificuldades e menos recursos, fizemos muito melhor do que em média se fez nas outras regiões do País – todos os indicadores económicos e sociais mais



relevantes o demonstram, pesem embora as fragilidades do nosso ponto de partida.

A nossa economia cresceu mais do que a média nacional desde 1999 e mais do que a média europeia desde 1998, e esse crescimento processa-se em benefício das pessoas: nos últimos doze meses foram criados 3.896 novos postos de trabalho e só no terceiro trimestre deste ano a população empregada cresceu com 1.149 novos trabalhadores; há 22 trimestres consecutivos que a taxa de desemprego nos Açores se situa abaixo dos 4%, apesar do constante aumento da população activa.

Temos, todavia, como explicitamos no nosso Programa de Governo, um complexo trabalho à nossa frente para manter e estimular esse crescimento económico e para prosseguir uma política intensa de inserção social. Temos que melhorar a nossa taxa de actividade, aumentar a produtividade das nossas empresas e do sector público empresarial e administrativo, continuar os esforços na formação



profissional, na educação, na cultura, na investigação e na ciência, na sociedade do conhecimento e da informação. Temos que apoiar o surgimento de novos investimentos privados, a criação de novos serviços, a incorporação de novas tecnologias e a qualidade como desígnio transversal. Para além dos grupos mais fragilizados ou de risco, a nossa aposta é dirigida aos jovens, quer quanto à multiplicação das suas oportunidades quer no que respeita à necessidade impreterível do seu contributo qualificador para a sustentação do nosso desenvolvimento imediato e futuro.

Tenho uma grande confiança no futuro dos Açores e não apenas um grande orgulho na obra feita.

Conto com todos. Permitam-me, porém, que, nestas circunstâncias, agradeça às personalidades que integraram o VIII Governo Regional, e que agora exercerão outras funções, prestando-lhes homenagem pelo seu contributo, pela sua competência e pelas suas qualidades pessoais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Governo Regional

Aqui está o IX Governo Regional, pronto para trabalhar e honrado pelo mandato que o Povo Açoriano nos concedeu nas últimas eleições regionais.

Aos Açorianos, espalhados pelo Mundo e pelas nossas nove ilhas, renovo o meu compromisso de tudo fazer para termos cada vez mais orgulho na nossa Autonomia e na terra onde nascemos ou vivemos – os Açores! Os nossos Açores!

A todos muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Novembro de 2004

O Presidente do Governo Regional
Carlos Manuel Martins do Vale César